

HABEAS CORPUS Nº 536.856 - SP (2019/0295026-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **JUVENAL EVARISTO CORREIA JUNIOR**
ADVOGADO : **JUVENAL EVARISTO CORREIA JUNIOR - SP229554**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **MARCELO AUGUSTO AFONSO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado por MARCELO AUGUSTO AFONSO ante a decisão de e-STJ fls. 134/136 por meio da qual indeferi a medida de urgência anteriormente pleiteada, mediante os seguintes termos:

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELO AUGUSTO AFONSO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2050267-78.2019.8.26.0000).

Os autos dão conta de que o paciente, na data de 14/2/2019, teve decretada sua prisão temporária para apuração de suposta prática de delitos de extorsão, tráfico ilícito de entorpecentes e outras infrações funcionais praticadas por policiais civis e um ex-policial civil, entre eles o ora paciente (e-STJ fls. 22/29).

A prisão temporária do paciente foi prorrogada e, após, foi decretada sua custódia preventiva (e-STJ fls.35/36 e 38/46).

Posteriormente, foi o paciente denunciado pela prática, em tese, dos delitos capitulados nos arts. 2º, §§ 2º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, 316, c/c o 29, ambos do Código Penal, e 317, § 1º, por diversas vezes, na forma do art. 71, do Código Penal, por constituir e integrar organização criminosa com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagem econômica mediante a prática de crimes de corrupção passiva, concussão e lavagem de capitais (e-STJ fls. 49/92).

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* perante a Corte local, que denegou a ordem em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 121):

HABEAS CORPUS - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, CONCUSSÃO E CORRUPÇÃO PASSIVA (ARTIGO 2º, §§ 2º e 4º, II, DA LEI 12.850/13: ART. 316 C.C ART. 29: E ARTIGO 317, §1º, POR DIVERSAS VEZES, NA FORMA DO 71, TODOS DO CÓDIGO PENAL).

DECRETO PRISIONAL COM MOTIVAÇÃO BASTANTE, JÁ IMPUGNADO, DE RESTO, PELA VIA DE HABEAS CORPUS – CUSTÓDIA CAUTELAR LEGITIMADA, CUIDANDO-SE O PEDIDO

DE MERA REITERAÇÃO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – INOCORRÊNCIA – FEITO COM ANDAMENTO DENTRO DOS LIMITES LEGAIS, CONSIDERANDO-SE, INCLUSIVE, A COMPLEXIDADE DO CASO – AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE – ORDEM DENEGADA.

No presente *writ*, aduz a defesa que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou sua segregação cautelar, bem como em função do excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto o paciente já estaria segregado há 7 meses sem previsão para o término da instrução.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem a fim de relaxar a prisão preventiva do paciente.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso, a decisão combatida destacou que "*não há demora injustificada no trâmite do feito, pelo contrário, vê-se que seu andamento, diante das peculiaridades do caso, pode ser considerado dentro do que é normal, especialmente em se tratando de tal envergadura, a contar com cinco réus e 2.012 laudas até então, onde houve a necessidade de expedição de diversos mandados de prisão e carta precatória*" (e-STJ fls. 128/129), razão pela qual não se vislumbra, ao menos neste juízo perfunctório dos autos, flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da medida de urgência.

De toda forma, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal, o que será realizado por ocasião do julgamento definitivo do presente *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

No presente requerimento, a defesa aduz que a situação fática foi alterada, tendo em vista que a prisão de três corréus teria sido relaxada por excesso de prazo.

Sustenta, nesse sentido, a necessidade de relaxamento da prisão do paciente, *"em respeito a princípio da isonomia"*, e que, *"embora o processo que libertou 3(três) réus, tramita perante a 6ª Vara Criminal de São Paulo/SP, porém em processo distintos e com juízas distinta, como pode ser visto nos documentos juntado, também a que se levar em consideração o efeito extensivo, pois a decisão que revogou a prisão dos demais se deu por excesso de prazo, e não por caráter pessoal"* (SIC, e-STJ fl. 239).

Requer, ao final, a reconsideração da decisão que indeferiu a liminar para que seja expedido alvará de soltura em benefício do paciente.

É o relatório.

O pedido não comporta deferimento.

Com efeito, consoante apontado pela própria defesa, a decisão proferida pelo Juízo de origem que concedeu a liberdade a Marcelo Esteves, Luiz Paulo e Cláudio (e-STJ fl. 240) é proveniente de ação diversa (processo n. 0019398-16.2019.8.26.0050), e a prisão do paciente, ora impugnada no presente *writ*, foi decretada nos autos do processo n. 0010589-37.2019.8.26.0050.

Dessarte, a despeito do esforço da defesa, não há nenhum argumento novo apto a ensejar a alteração do entendimento firmado na decisão de e-STJ fls. 134/136, uma vez que não se vislumbra, com a clarividência necessária para o acatamento do pedido liminar, a plausibilidade do direito vindicado.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator